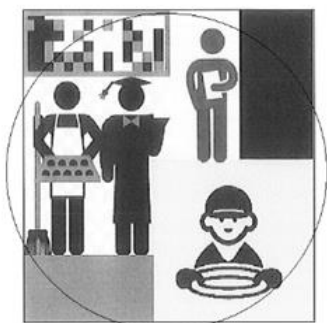


AJUSTE DIRETO

AD_BS_13_2025

**CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SELEÇÃO, RECRUTAMENTO E GESTÃO
CONTRATUAL DE COLABORADORES COM CATEGORIA PROFISSIONAL AUXILIAR DE EDUCAÇÃO**

CADERNO DE ENCARGOS



MAIO 2025

PARTE I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I

Disposições Gerais do contrato

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, **Ref. ª AD_BS_13_2025**, que tem por objeto Contratação da Prestação de Serviços de seleção, recrutamento e gestão contratual de colaboradores com categoria profissional auxiliar de educação, para os espaços das Escolas do 1.º Ciclo e Jardins de Infância do Concelho de Braga sob a responsabilidade da Bragahabit Empresa Municipal de Habitação E.M.

Cláusula 2.ª

Contrato

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no Cláusula 99.ª do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no Cláusula 101.ª desse diploma legal.



Cláusula 3.ª

Parâmetros base

1 – O preço base do procedimento é de **9.236,92€ (nove mil duzentos e trinta e seis euros e noventa e dois cêntimos)**, significando este o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar.

2 – Constituem parâmetros base, para efeitos do disposto no n.º 4 da Cláusula 42.ª do Código dos Contratos Públicos, os a seguir indicados:

- a) O preço para 7 horas /dia, de 151,67€ (Full-Time), para o período de 2,5 meses para dois trabalhadores, representando um valor total de 8.397,20€, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por hora/dia, comportando um subsídio de refeição de 6,00€;
- b) O preço para 3,5 horas/dia, de 75,83€ Hora/Dia (Part-Time), para 1 mês para um trabalhador, representando um valor total de 839,72€, correspondendo ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar por hora/dia, comportando um subsídio de refeição de 3,00€.
- c) O contraente público apenas se dispõe a pagar ao cocontratante, o número de pessoal necessário a contratar pelo preço unitário estabelecido na alínea a).
- d) O preço inclui:

I. Gestão de contrato

- i. Remuneração bruta mensal;
- ii. Subsídios de férias, de férias não gozadas e de Natal, na proporção do tempo de duração do contrato;
- iii. Segurança social;
- iv. Exames médicos;
- v. Compensação por precariedade de emprego
- vi. Seguro de acidentes de trabalho
- vii. Margem administrativa e comercial;
- viii. Outros encargos e obrigações sem prejuízo para a entidade Adjudicante.

II. Recrutamento e seleção

- ix. Ao contraente público, reserva-se no direito de optar pelo não recurso aos serviços de recrutamento e seleção.



Cláusula 4.ª

Prazo de execução

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de execução máximo de 2,5 meses, com término em julho de 2025.

Cláusula 5.ª

Local da prestação do serviço

1 – Os serviços deverão ser prestados diariamente nas escolas do Concelho de Braga, nos termos do referido no ANEXO C do presente Caderno de Encargos, de acordo com os ajustamentos e indicações de necessidade de cada escola.

Cláusula 6.ª

(Notificações, informações e comunicações)

1 – As notificações, informações e comunicações a realizar ao abrigo do contrato devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

2 – As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o contraente público e o cocontratante, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, para os contactos inscritos no clausulado do contrato a celebrar.

3 – As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4 – Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.

5 – As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário o *contraente público*, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

Capítulo II

Obrigações Contratuais



Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Cláusula 7.ª

Obrigações do cocontratante

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o *cocontratante* obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas do contrato.

2 – Constituem ainda obrigações do *cocontratante* as seguintes obrigações:

- a) Elaborar processos de seleção, mediante as necessidades e comunicadas pela Entidade Adjudicante tendo em consideração o estabelecido no **Anexo A** e de acordo com o perfil previamente acordados pelas partes;
- b) Realizar os procedimentos de recrutamento, dentro do âmbito do quadro de funções, dos locais e em horário estipulado para serviço pretendido pela Entidade Adjudicante, conforme o estabelecido no **Anexo B – Mapa de Funções**, sempre que se verifique e seja comunicada a necessidade;
- c) Efetuar a gestão contratual dos colaboradores recrutados, garantindo entre outras as seguintes obrigações:
 - a. Remuneração bruta mensal;
 - b. Subsídios de férias, de férias não gozadas e de Natal, na proporção do tempo de duração do contrato;
 - c. Segurança social;
 - d. Exames médicos;
 - e. Compensação por precariedade de emprego
 - f. Seguro de acidentes de trabalho
 - g. Margem administrativa e comercial;
 - h. Outros encargos e obrigações sem prejuízo para a entidade Adjudicante.
 - i. Proceder mediante situações extraordinárias, de necessidades da entidade adquirente, ao recrutamento de mais auxiliares de educação para os locais previamente definidos, nos termos da proposta apresentada (gestão contratual), apresentação de proposta no âmbito



do procedimento de recrutamento e seleção;

- d) Não alterar as condições de prestação de serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;
- e) Realizar todas as tarefas solicitadas pela entidade adquirente e abrangidas pelo contrato a celebrar, com a diligência e qualidade requeridas e exigíveis pelo tipo de trabalho em causa mesmo que para tal tenha de recorrer aos meios humanos, materiais e informáticos que entenda necessários e adequados ao fornecimento dos produtos e à completa execução das tarefas ao seu cargo;
- f) Comunicar e articular antecipadamente com o contraente público a afetação ou substituição do quadro do pessoal afeto aos serviços objeto do presente contrato, nomeadamente os inerentes às atividades associadas ao apoio à distribuição e vigilância das refeições escolares.
- g) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Comunicar às entidades adquirentes a nomeação do gestor de cliente responsável pelo contrato e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- i) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, entregando-os, ao contraente público;
- j) Manter sigilo e garantir a confidencialidade nos termos legais;
- k) Disponibilizar, sempre que solicitado pelo contraente público, declaração emitida por um Revisor Oficial de Contas (ROC) ou pela entidade fiscalizadora das contas da empresa, na qual se certifiquem os valores comunicados nos relatórios de faturação entregues, relativos aos procedimentos realizados.

3 – O cocontratante fica ainda obrigado à colaboração com o contraente público nas iniciativas que possam vir a ser desenvolvidas por esta última, desde que incluídas no âmbito do objeto deste concurso.

Cláusula 8.^a

Obrigações acessórias do *cocontratante*

Constituem obrigações do *cocontratante*, para além das demais consignadas no título contratual ou das decorrentes dos preceitos deste caderno de encargos, as seguintes:

- a) Executar os serviços que lhe forem adjudicados com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b) Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresso consentimento do *contraente público*, qualquer



informação recebida deste, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com a prestação de serviços;

- c) Sujeitar-se à ação fiscalizadora do *contraente público* ou dos seus representantes, Câmara Municipal de Braga e Serviços Escolares, IGT- Inspeção Geral do Trabalho, Autoridades para as condições de trabalho (ACT);
- d) Comunicar ao *contraente público*, por escrito, no prazo de 48 horas após a data da respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação de serviços;
- e) Prestar todos os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pelo *contraente público* relativamente ao modo de execução dos serviços;
- f) Respeitar os circuitos de comunicação ou relacionamento acordados por escrito para a prestação de serviços, nomeadamente quando envolvam terceiros.

Cláusula 9.^a

(Dever de sigilo)

1 – O *cocontratante* deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao *contraente público*, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



Cláusula 10.ª

Forma de prestação do serviço

- 1 – Para o acompanhamento da execução do contrato, o *cocontratante* fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os responsáveis da BragaHabit E.M. Divisão de Apoio à Educação (DAE) da BragaHabit E.M., das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
- 2 – As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por correio eletrónico pela Divisão de Apoio à Educação (DAE) da BragaHabit E.M., a qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
- 3 – Para a prestação do serviço de apoio às refeições, deve o *cocontratante*, num período de 24 horas, apresentar ao contraente uma solução que colmate ou substitua a necessidade sem afetar a execução do contrato.
- 4 – Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo *cocontratante* devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 11.ª

Prazo da prestação do serviço

- 1 – A prestação de serviços terá início no mês de maio, de 2025, devendo os interessados considerar o prazo de execução de 2,5 meses com termino no mês de julho de 2025, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2 – Durante a vigência do contrato, o *cocontratante* prestará serviço na qualidade de empresa de trabalho temporário para a contratação de Auxiliares de Educação, disponibilizando os serviços em todos os dias úteis, com exceção dos períodos de interrupção das atividades letivas, conforme estabelece o calendário escolar aprovado pelo Ministério da Educação, para o 1.º ciclo do ensino básico e pré – escolar, salvaguardando no entanto, os Jardins de Infância que necessitem do serviço nas interrupções letivas, no âmbito do desenvolvimento da componente de apoio à família.
- 3 – A prestação dos serviços de pessoal poderá ainda ser estendido aos períodos de interrupções letivas, em situações devidamente fundamentadas e desde que devidamente comunicadas pela Entidade Adjudicante.



Cláusula 12.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

- 1 – No caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o contraente público deve informar, por escrito, o *cocontratante*.
- 2 – No caso previsto no número anterior, o *cocontratante* deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo *contraente público*, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos, na prestação do serviço.

Cláusula 13.ª

Representação

- 1 – No prazo de 10 dias úteis contados da celebração do contrato, o *cocontratante*, deverá informar, por escrito, o contraente público, quais as pessoas e respetivas categorias que em cada local de trabalho representará o *cocontratante*, e que executarão a prestação de serviços relativo apoio à distribuição e acompanhamento das refeições, aos espaços nas Escolas do 1.º Ciclo, Jardins-de-infância do Concelho de Braga, organizadas conforme o descrito no **Anexo A**, ao presente Caderno de Encargos.
- 2 - A eventual substituição dos referidos representantes do cocontratante, deverá ser comunicada, por escrito/correio eletrónico, no prazo de 24 hora a contar da mesma.

Secção II

Obrigações do contraente público

Cláusula 14.ª

Preço contratual

- 1 – Sem prejuízo do estabelecido na cláusula 3.ª do presente caderno de encargos, pela execução dos serviços que constituem o objeto do respetivo contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o *contraente público* deve pagar ao respetivo *cocontratante* o preço global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao *contraente público*, (os custos inerentes às despesas de alojamento,



alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

Cláusula 15.ª

Condições de pagamento

- 1 – As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias, após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida quando concluída, de forma perfeita, a prestação do *cocontratante* a que a obrigação está associada.
- 3 – Em caso de discordância por parte do *contraente público*, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao *cocontratante*, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o *cocontratante* obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
- 5 – Em caso de atraso do *contraente público* no cumprimento das obrigações de pagamento do preço, terá o *cocontratante* direito aos juros de mora sobre o montante em dívida pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juros fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil, para o incumprimento das obrigações civis.

Cláusula 16.ª

(Fatura eletrónica)

No âmbito da execução do contrato, o *cocontratante* fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do *Código dos Contratos Públicos*, a emitir faturas eletrónicas de acordo com as indicações e requisitos indicados pela Entidade Adjudicante.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução



Cláusula 17.ª

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, até 10% do preço contratual, em função da gravidade do incumprimento.

2 – Pelo incumprimento defeituoso das obrigações contratuais emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante, o pagamento de uma pena pecuniária, nos termos seguintes:

1.1 Suspensão da prestação de serviços:

- a) Sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária por razões imputáveis ao contraente público, não comunicada com antecedência mínima de 24h, o cocontratante terá direito a uma indemnização correspondente à diferença entre o valor da prestação de serviços previsível e a efetuada.
- b) Para efeitos do disposto nas cláusulas anteriores, será considerado o número médio de horas diárias realizadas nos últimos 60 dias e o custo total de horas estabelecidas.

1.2 – Pessoal:

- a) O cocontratante é responsável pela reparação de prejuízos causados pelo seu pessoal nas instalações, equipamento e material e a terceiros, sempre que haja dolo ou negligência grosseira.
- b) Sempre que forem realizadas auditorias pelo contraente público ou por outras entidades oficiais, que verifiquem situações violadoras do cumprimento do contrato (ex: prestação de serviço não aceitável e sem capacidade de resposta) o contraente público poderá exigir o não pagamento da totalidade das horas de prestação de serviços realizadas nesse dia.
- c) Sempre que se verifique (ou seja reportada pela coordenação da escola), por vigilância de rotina da Divisão de Educação, da Câmara Municipal de Braga, pela Inspeção Geral do trabalho (IGT) e pela Autoridade para as condições do trabalho (ACT) que a prestação de serviços é insuficiente ou ineficaz, o contraente público poderá exigir o não pagamento da totalidade das horas realizadas nesse dia.
- d) O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente Cláusula.
- e) As penas pecuniárias previstas no presente Cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.



Cláusula 18.ª

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que se integre;
- b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Cláusula 19.ª

Resolução sancionatória por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de rescisão previstos no artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante por razões que lhe sejam imputáveis, violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, previsto no presente Caderno de Encargos, prejudicando gravemente a prestação de serviços.

2 – Para efeitos do disposto no número anterior, constituem condições resolutórias designadamente:

- a) O incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;
- b) A utilização abusiva ou a acentuada deterioração das instalações, equipamento e material;
- c) A oposição às visitas ou operações de verificação e controlo;
- d) A suspensão parcial ou total por mais de cinco dias seguidos ou alternados;
- e) O não cumprimento das disposições estabelecidas nas Cláusulas Técnicas constantes no Caderno de Encargos.

3 – A resolução do contrato por facto imputável ao *cocontratante* constituirá o *contraente público* no direito ser indemnizado por danos emergentes e lucros cessantes nos termos gerais de direito, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

4 – Nos casos previstos nos números anteriores, havendo lugar a responsabilidade do *cocontratante*, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas.

5 – A resolução sancionatória do contrato, pelo incumprimento definitivo do mesmo pelo cocontratante, constitui o contraente público no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 10% do preço contratual.

6 – O disposto no número precedente não obsta a que o contraente público exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.

7 – O contraente público pode, a todo o tempo, nos termos do disposto no artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos, proceder à resolução do contrato por razões de interesse público de que dará conhecimento ao cocontratante.

8 – Na hipótese prevista no número anterior, o contraente público indemnizará o cocontratante pelos danos emergentes e lucros cessantes no montante que se pré-liquida em 10% do valor das prestações contratuais por executar.



Cláusula 20.ª

Resolução por parte do cocontratante

- 1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 dias, ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 – O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 – No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 21.ª

Caução

Nos termos do disposto nos artigos 88.º do Código dos Contratos Públicos Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, ponto 2, alínea a), não é exigida caução.

Cláusula 22.ª

Seguros

- 1 – É da responsabilidade do *cocontratante* a cobertura, de responsabilidade civil, através de contratos de seguro, com cobertura de acidentes de trabalho do respetivo pessoal e de responsabilidade Civil.
- 2 – O contraente *público* pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o cocontratante disponibilizá-la no prazo de dez dias.

Capítulo V

Patentes, licenças e marcas registadas



Cláusula 23.ª

Patentes, licenças e marcas registadas

- 1 – São da responsabilidade do *cocontratante* quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
- 2 – Caso o *contraente público* venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o *cocontratante* indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja a fazer e de todas as quantias que tenha que pagar seja a que título for.

Capítulo VII

Disposições finais

Cláusula 24.ª

Gestor do contrato

- 1 – O contraente público designará um seu colaborador como gestor do contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do *Código dos Contratos Públicos*, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e sucessivas alterações, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
- 2 – Fica reservado ao órgão decisor do contraente público a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitantes à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.

Cláusula 25.ª

Cessão da posição contratual

- 1 – A cessão da posição contratual por parte do *cocontratante*, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do contraente público e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.
- 2 – A apresentação, por parte do *cocontratante*, do pedido de autorização do contraente público não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o *cocontratante* integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.
- 3 – O contraente público autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.



4 – Caso o contraente público não emita autorização prévia escrita para a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.

5 – A cessão de posição contratual pelo contraente público produzir-se-á por notificação dirigida ao *cocontratante*, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 26.ª

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

1– O contrato consagrará a prerrogativa de autoridade do *contraente público*, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do CCP, de impor ao *cocontratante* a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.

2– A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do *contraente público*, sendo eficaz a partir da data indicada por este.

Cláusula 27.ª

Subcontratação

1– A subcontratação, por parte do *cocontratante*, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do *Código dos Contratos Públicos*, depende de autorização prévia escrita por parte do *contraente público* e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.

2 – A autorização à subcontratação pelo *cocontratante* na fase de execução do contrato rege-se pelo disposto no artigo 319.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Cláusula 28.ª

Alterações ao contrato

1 – Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2 – A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;

3 – O contrato pode ser alterado por:



- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

4 – A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Cláusula 29.ª

(Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais)

1 – O *cocontratante* obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo contraente público ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2 – Os dados pessoais a que o *cocontratante* tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do contraente público.

3 – O *cocontratante* compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo contraente público.

4 – No caso em que o *cocontratante* seja autorizado pelo contraente público a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5 – O *cocontratante* obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na *Lei da Proteção de Dados Pessoais* (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o prestador de serviços celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6 – O *cocontratante* obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente pública única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;



- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o contraente público esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do contraente público contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Prestar ao contraente público toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7– O *cocontratante* será responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

8 – Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao *cocontratante*, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o *cocontratante* e o referido colaborador.

9 – A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

Cláusula 30.ª

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.



Cláusula 31.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 32.ª

Produção de efeitos

O contrato entrará em vigor no dia útil seguinte à data da assinatura do contrato.

Cláusula 33.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com renúncia a qualquer outro.

Cláusula 34.ª

Regime legal

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

PARTE II

Cláusulas Técnicas

Cláusula 35.ª

Objeto do contrato

1 – O contrato tem por objeto a prestação de serviços na qualidade de Auxiliares de educação, de acordo com as especificações técnicas referidas no Caderno de Encargos e demais legislação aplicável, nos estabelecimentos de ensino conforme consta dos anexos A e B.



Cláusula 36.ª

Requisitos técnicos e funcionais da prestação de serviços

1. Compete ao cocontratante, cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos:

1.1- Garantir o cumprimento das Normas em vigor no que se refere à atividade âmbito do presente contrato, bem como deter todas as certificações e licenças necessárias ao respetivo exercício da atividade;

1.2- Garantir o cumprimento das normas e procedimentos de segurança definidos pela entidade adquirente, sendo diretamente responsável pelos danos físicos e materiais que possam advir do eventual incumprimento dos mesmos;

1.3- Garantir a disponibilização de livro de reclamações na sede de cada Agrupamento de Escolas, ou noutros locais a indicar pela entidade adquirente;

2- Requisitos de Higiene e Limpeza

2.1 Assegurar o cumprimento das regras de higiene individual do pessoal afeto ao serviço no decorrer de todas as operações,

3. Pessoal afeto à atividade

Compete aos cocontratante, cumprir os seguintes requisitos técnicos e funcionais mínimos, conforme o disposto no presente caderno de encargos:

3.1 Entrega do mapa de pessoal a afetar a prestação do serviço, com indicação expressa das respetivas categorias e competências, em data anterior ao início da prestação de serviços;

3.2 Garantir que o mapa de pessoal é apresentado a entidade adquirente, sempre que esta o solicitar;

3.3 As entidades adquirentes solicitarão ao cocontratante, sempre que o julgue conveniente durante a execução do contrato, os seguintes elementos:

a) Nome das pessoas em serviço nas Escolas e jardins-de-infância;

b) Categoria e vencimentos comprovados pelas folhas de desconto para a Segurança Social;

c) Horário de Trabalho;



3.4 Garantir o número e categorias dos trabalhadores em serviço.

Cláusula 37.º

Operações de verificação

- 1 - A verificação será exercida por representantes do contraente público ou, caso se justifique, pelos competentes organismos oficiais.
- 2 - Em caso de deteção de resultados não aceitáveis, o cocontratante indemnizará o contraente público nas condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 38.º

Segurança, higiene e saúde no trabalho

- 1 - O cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
- 2 - O cocontratante é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições gerais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado e a prestar-lhe a assistência médica de que carece por motivo de acidente de trabalho.

ANEXO A

Função	Pessoal a Contratar TT	HORAS / Horário		Período
		N.º Horas	Horário	Meses
Auxiliar	1	3,5	[12:30h - 16:00h] ou [11:30h - 15:00h]	01/07 a 31/07
Auxiliar	2	7	07:30h - 09:00h 12:00h - 15:00h 16:00h - 18:30h	26/05 a 31/07
Total	3			2,5 Meses

No presente **Anexo A**, na coluna horário, apresentam-se os horários previstos, tendo por base as necessidades que ocorrem nas diversas unidades escolares (EB1 e JI). No caso de serem verificadas necessárias alterações e ajustamentos, fica o cocontratante obrigado a disponibilizar os meios necessários à continuidade do cumprimento contratual.



ANEXO B

MAPA DE FUNÇÕES

- I. Efetuar o acolhimento e a entrega dos alunos da Atividades Apoio à Família;
- II. Efetuar a contagem do número de refeições diário;
- III. Preparar e apoiar nos lanches da manhã/tarde;
- IV. Participar no desenvolvimento de atividades em colaboração com a Animadora;
- V. Efetuar a receção das refeições;
- VI. Efetuar e participar na preparação do espaço refeitório escolar bem como efetuar o respetivo serviço de refeições;
- VII. Efetuar o respetivo empratamento das refeições e devido acompanhamento e apoio aos alunos durante os períodos das refeições;
- VIII. Efetuar serviço de vigilância dos alunos, durante o período das refeições;
- IX. Efetuar tarefas de limpeza do espaço refeitório, cozinha e loiça bem como limpeza da sala de atividades entre outras que sejam indicadas pelo Adjudicante;
- X. Garantir o cumprimento das normas em vigor no que se refere à atividade âmbito do presente caderno de encargos, bem como deter todas as certificações e licenças necessárias ao respetivo exercício da atividade;
- XI. Garantir o cumprimento das normas e procedimentos de segurança definidos pela entidade adquirente, sendo diretamente responsável pelos danos físicos e materiais que possam advir do eventual incumprimento dos mesmos;
- XII. Assegurar o cumprimento das regras de higiene individual do pessoal afeto ao serviço no decorrer de todas as operações, bem como a apresentação do pessoal devidamente fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável;
- XIII. Garantir que o mapa de pessoal não é alterado sem prévio acordo da entidade adquirente, podendo esta solicitar quaisquer esclarecimentos quanto ao pessoal de substituição se for o caso.



Braga, maio de 2025;

O Administrador Executivo,

(Carlos Videira)

